

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	67
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	69

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	91.881
Preferenciais	101.878
Total	193.759
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	15.090.000	13.080.000
1.01	Ativo Circulante	4.953.000	3.512.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.442.000	381.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	24.000	15.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	24.000	10.000
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	24.000	10.000
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	5.000
1.01.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	0	5.000
1.01.03	Contas a Receber	2.569.000	2.570.000
1.01.03.01	Clientes	2.569.000	2.570.000
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes e Outros	2.569.000	2.570.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	115.000	154.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	115.000	154.000
1.01.06.01.01	Tributos Sobre o Lucro a Recuperar	40.000	74.000
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Recuperar	75.000	80.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	803.000	392.000
1.01.08.03	Outros	803.000	392.000
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	21.000	25.000
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro Setorial (Parcela A e Outros)	571.000	123.000
1.01.08.03.05	Outros Ativos Circulantes	211.000	244.000
1.02	Ativo Não Circulante	10.137.000	9.568.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.657.000	8.441.000
1.02.01.04	Contas a Receber	43.000	45.000
1.02.01.04.01	Contas a Receber de Clientes e Outros	43.000	45.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.614.000	8.396.000
1.02.01.10.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	35.000	46.000
1.02.01.10.05	Outros Tributos a Recuperar	115.000	107.000
1.02.01.10.07	Depósitos Judiciais	51.000	38.000
1.02.01.10.09	Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	527.000	7.438.000
1.02.01.10.10	Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)	844.000	726.000
1.02.01.10.11	Outros Ativos Não Circulantes	42.000	41.000
1.02.03	Imobilizado	57.000	57.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	57.000	57.000
1.02.03.02.01	Direito de Uso	57.000	57.000
1.02.04	Intangível	8.423.000	1.070.000
1.02.04.01	Intangíveis	8.423.000	1.070.000
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	8.423.000	1.070.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	15.090.000	13.080.000
2.01	Passivo Circulante	3.302.000	3.136.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	112.000	166.000
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	112.000	166.000
2.01.01.02.01	Salários, Benefícios a Empregados e Encargos a Pagar	112.000	166.000
2.01.02	Fornecedores	886.000	863.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	54.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	54.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	54.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.369.000	1.330.000
2.01.05	Outras Obrigações	902.000	682.000
2.01.05.02	Outros	902.000	682.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	265.000	23.000
2.01.05.02.04	Passivo de Arrendamento	20.000	20.000
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	48.000	32.000
2.01.05.02.07	Outros Tributos e Encargos Setoriais a Recolher	226.000	281.000
2.01.05.02.09	Outros Passivos Circulantes	343.000	326.000
2.01.06	Provisões	33.000	41.000
2.02	Passivo Não Circulante	9.609.000	7.903.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.168.000	6.917.000
2.02.02	Outras Obrigações	782.000	501.000
2.02.02.02	Outros	782.000	501.000
2.02.02.02.04	Passivo de Arrendamento	46.000	43.000
2.02.02.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	76.000	23.000
2.02.02.02.06	Outros Tributos e Encargos Setoriais a Recolher	77.000	54.000
2.02.02.02.07	Ressarcimento a Consumidores – Tributos Federais	14.000	13.000
2.02.02.02.09	Salários, Benefícios a Empregados e Encargos a Pagar	0	56.000
2.02.02.02.10	Passivo Financeiro Setorial (Parcela A e Outros)	519.000	261.000
2.02.02.02.11	Outros Passivos Não Circulantes	50.000	51.000
2.02.03	Tributos Diferidos	482.000	340.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	482.000	340.000
2.02.04	Provisões	177.000	145.000
2.03	Patrimônio Líquido	2.179.000	2.041.000
2.03.01	Capital Social Realizado	952.000	952.000
2.03.02	Reservas de Capital	766.000	766.000
2.03.04	Reservas de Lucros	171.000	367.000
2.03.04.01	Reserva Legal	171.000	171.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	196.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	291.000	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.000	-44.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.457.000	5.076.000	2.354.000	4.713.000
3.01.01	Receita Bruta	3.858.000	7.943.000	3.504.000	7.068.000
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-1.401.000	-2.867.000	-1.150.000	-2.355.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.889.000	-3.774.000	-1.706.000	-3.274.000
3.02.01	Custos com Energia Elétrica	-1.290.000	-2.686.000	-1.200.000	-2.307.000
3.02.02	Custos de Construção	-349.000	-583.000	-280.000	-518.000
3.02.03	Custos de Operação	-250.000	-505.000	-226.000	-449.000
3.03	Resultado Bruto	568.000	1.302.000	648.000	1.439.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-108.000	-229.000	-126.000	-249.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-15.000	-30.000	-13.000	-26.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-77.000	-160.000	-85.000	-170.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16.000	-39.000	-28.000	-53.000
3.04.05.01	Perdas de Créditos Esperadas	-16.000	-39.000	-28.000	-53.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	460.000	1.073.000	522.000	1.190.000
3.06	Resultado Financeiro	-293.000	-576.000	-226.000	-469.000
3.06.01	Receitas Financeiras	47.000	78.000	39.000	74.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	47.000	78.000	39.000	74.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-340.000	-654.000	-265.000	-543.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-328.000	-638.000	-288.000	-549.000
3.06.02.02	Outros Resultados Financeiros, Líquidos	-12.000	-16.000	23.000	6.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	167.000	497.000	296.000	721.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-46.000	-150.000	-45.000	-181.000
3.08.01	Corrente	0	-30.000	-6.000	-72.000
3.08.02	Diferido	-46.000	-120.000	-39.000	-109.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	121.000	347.000	251.000	540.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	121.000	347.000	251.000	540.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,59	1,7	1,23	2,65
3.99.01.02	PNA	0,65	1,87	1,35	2,91

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	121.000	347.000	251.000	540.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.000	43.000	3.000	12.000
4.02.01	Obrigações com Benefícios a Empregados - Não Reclassificado para o Resultado	0	68.000	0	0
4.02.02	Hedge de Fluxo de Caixa - Não Reclassificado para o Resultado	0	-1.000	0	0
4.02.03	Tributos Diferidos sobre Resultados Abrangentes - Não Reclassificado para o Resultado	0	-23.000	0	0
4.02.04	Hedge de Fluxo de Caixa - Reclassificado para o Resultado	6.000	-2.000	5.000	18.000
4.02.05	Tributos Diferidos sobre Resultados Abrangentes - Reclassificado para o Resultado	-3.000	1.000	-2.000	-6.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	124.000	390.000	254.000	552.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	381.000	367.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.106.000	1.233.000
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	347.000	540.000
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	236.000	214.000
6.01.01.03	Baixa de Ativos Não Circulantes	13.000	22.000
6.01.01.04	Tributos sobre o Lucro	150.000	181.000
6.01.01.05	Resultado Financeiro, Líquido	576.000	469.000
6.01.01.06	Valor de Reposição Estimado da Concessão	-216.000	-193.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-725.000	-866.000
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes e Outros	43.000	23.000
6.01.02.02	Fornecedores e Contas Pagar de Empreiteiros	22.000	-58.000
6.01.02.03	Salários, Benefícios a Empregados e Encargos a Pagar, Líquidos	-44.000	-43.000
6.01.02.04	Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, Líquidos (Parcela A e Outros)	-192.000	-255.000
6.01.02.05	Outros Tributos a Recuperar (Recolher) e Encargos Setoriais, Líquidos	-29.000	-61.000
6.01.02.06	Provisões, Líquidas dos Depósitos Judiciais	-1.000	-10.000
6.01.02.07	Outros Ativos e Passivos, Líquidos	-15.000	-37.000
6.01.02.08	Encargos de Dívidas Pagos	-420.000	-314.000
6.01.02.09	Instrumentos Derivativos Recebidos (Pagos), Líquidos	-56.000	-52.000
6.01.02.10	Renda de Aplicações Financeiras	45.000	37.000
6.01.02.11	Juros Pagos – Arrendamentos	-5.000	-3.000
6.01.02.12	Tributos sobre o Lucro Pagos	-73.000	-93.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-594.000	-552.000
6.02.02	Concessão Serviço Público (Ativo Contratual)	-586.000	-545.000
6.02.03	Aplicação de Títulos e Valores Mobiliários	-50.000	-47.000
6.02.04	Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	42.000	40.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.274.000	0
6.03.02	Captação de Empréstimos e Financiamentos	2.000.000	900.000
6.03.03	Pagamento dos Custos de Captação	-42.000	-16.000
6.03.04	Amortização de Principal dos Empréstimos e Financiamentos	-682.000	-744.000
6.03.06	Obrigações Especiais	10.000	34.000
6.03.07	Pagamento de Principal – Arrendamentos	-9.000	-8.000
6.03.08	Instrumentos Derivativos Recebidos, Líquidos	-3.000	50.000
6.03.09	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos aos Acionistas	0	-216.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.061.000	-185.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	381.000	745.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.442.000	560.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	952.000	766.000	367.000	0	-44.000	2.041.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	952.000	766.000	367.000	0	-44.000	2.041.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-196.000	-56.000	0	-252.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-56.000	0	-56.000
5.04.11	Aprovação dos Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-196.000	0	0	-196.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	347.000	43.000	390.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	347.000	0	347.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	43.000	43.000
5.05.02.07	Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos	0	0	0	0	45.000	45.000
5.05.02.08	Efeito Hedge de Fluxo de Caixa, Líquidos	0	0	0	0	-2.000	-2.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	952.000	766.000	171.000	291.000	-1.000	2.179.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	952.000	766.000	347.000	0	-52.000	2.013.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	952.000	766.000	347.000	0	-52.000	2.013.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-176.000	-56.000	0	-232.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-56.000	0	-56.000
5.04.11	Aprovação dos Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-176.000	0	0	-176.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	540.000	12.000	552.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	540.000	0	540.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	12.000	12.000
5.05.02.08	Efeito Hedge de Fluxo de Caixa, Líquidos	0	0	0	0	12.000	12.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	952.000	766.000	171.000	484.000	-40.000	2.333.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	7.954.000	7.058.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.943.000	7.068.000
7.01.02	Outras Receitas	50.000	43.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-39.000	-53.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.663.000	-3.176.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.960.000	-2.544.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-685.000	-609.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-18.000	-23.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.291.000	3.882.000
7.04	Retenções	-236.000	-214.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-236.000	-214.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.055.000	3.668.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	383.000	305.000
7.06.02	Receitas Financeiras	383.000	305.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.438.000	3.973.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.438.000	3.973.000
7.08.01	Pessoal	324.000	299.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	227.000	208.000
7.08.01.02	Benefícios	83.000	77.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.000	14.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.806.000	2.360.000
7.08.02.01	Federais	1.713.000	1.382.000
7.08.02.02	Estaduais	1.083.000	967.000
7.08.02.03	Municipais	10.000	11.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	961.000	774.000
7.08.03.01	Juros	960.000	773.000
7.08.03.02	Aluguéis	1.000	1.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	347.000	540.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	56.000	56.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	291.000	484.000

Comentário do Desempenho



Campinas, 21 de julho de 2026 – Neoenergia Elektro anuncia hoje os seus resultados do segundo trimestre e primeiro semestre de 2026 (2T26 e 6M26).

DESTAQUES (R\$ MM) 2T26	2T26	2T25	Δ %	6M26	6M25	Δ %
Margem Bruta	765	822	(7%)	1.700	1.785	(5%)
EBITDA	579	628	(8%)	1.306	1.401	(7%)
EBITDA Caixa	484	553	(12%)	1.090	1.208	(10%)
Resultado Financeiro	(293)	(226)	30%	(576)	(469)	23%
Lucro Líquido	121	251	(52%)	347	540	(36%)
INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada total (GWh) (SIN + Sistema Isolado + GD)	5.649	5.412	4,4%	11.598	11.488	1,0%
Energia Distribuída Total (GWh) (Cativa + Livre + GD)	5.337	5.221	2,2%	10.762	10.677	0,8%
Número de Clientes (mil)	3.049	3.005	1,5%			
DEC anualizado (horas)	5,95	6,63	(0,10)			
FEC anualizado (interrupções)	3,32	3,62	(0,08)			
Perdas de Distribuição (%)	6,27%	6,37%	(0,10 p.p.)			
Indicadores Financeiros de Dívida ¹	2T26	2025	Variação			
Dívida Líquida ² /EBITDA ³	3,10	2,88	0,22			
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA				

⁽¹⁾ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants

⁽²⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

⁽³⁾ EBITDA 12 meses

Destques Financeiros e Operacionais:

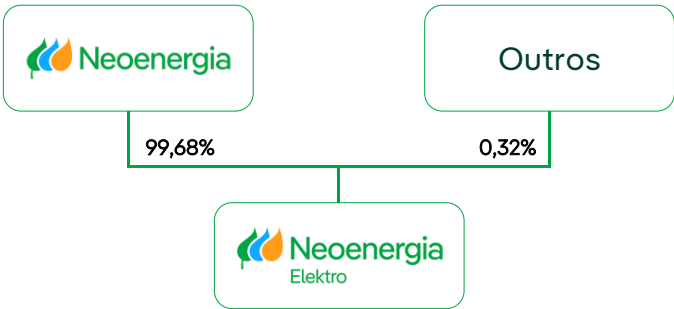
- Energia injetada total, incluindo GD, de 5.649 GWh no 2T26 (+4,4% vs. 2T25) e de 11.598 GWh no 6M26 (+1,0% vs. 6M25).
- EBITDA de R\$ 579 milhões no trimestre (-8% vs. 2T25) e de R\$ 1.306 milhões no acumulado (-7% vs. 6M25). EBITDA Caixa (ex- VNR) de R\$ 484 milhões no 2T26 (-12% vs. 2T25) e de R\$ 1.090 milhões no 6M26 (-10% vs. 6M25).
- R\$ 564 milhões de Capex no 6M26, maior parte dedicada à expansão da rede.
- Perdas 12 meses de 6,27 % no 2T26, enquadrada no limite regulatório de 8,23%.
- PECLD/ROB de 0,51% no 2T26, abaixo do seu limite regulatório de 0,65%.
- DEC de 5,95h (abaixo do regulatório de 7,30h) e FEC de 3,32x (abaixo do regulatório de 5,04x).
- Assinatura do termo aditivo da Antecipação da Renovação da Concessão de Neoenergia Elektro até ago/58.

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Neoenergia Elektro, com sede no município de Campinas, em São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica que atende 228 municípios, sendo 223 em São Paulo e 5 no Mato Grosso do Sul.

1.1. Estrutura Societária

Em 30 de junho de 2026, a estrutura societária da Neoenergia Elektro era a seguinte:



2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ MM)	2T26	2T25	Variação		6M26	6M25	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	2.309	2.227	82	4%	4.753	4.417	336	8%
Custos Com Energia	(1.639)	(1.480)	(159)	11%	(3.269)	(2.825)	(444)	16%
Margem Bruta s/ VNR	670	747	(77)	(10%)	1.484	1.592	(108)	(7%)
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	95	75	20	27%	216	193	23	12%
Margem Bruta	765	822	(57)	(7%)	1.700	1.785	(85)	(5%)
Despesa Operacional	(170)	(166)	(4)	2%	(355)	(331)	(24)	7%
PECLD	(16)	(28)	12	(43%)	(39)	(53)	14	(26%)
EBITDA	579	628	(49)	(8%)	1.306	1.401	(95)	(7%)
Depreciação	(119)	(106)	(13)	12%	(233)	(211)	(22)	10%
Resultado Financeiro	(293)	(226)	(67)	30%	(576)	(469)	(107)	23%
IR CS	(46)	(45)	(1)	2%	(150)	(181)	31	(17%)
LUCRO LÍQUIDO	121	251	(130)	(52%)	347	540	(193)	(36%)
EBITDA Caixa	484	553	(69)	(12%)	1.090	1.208	(118)	(10%)

A Neoenergia Elektro apresentou margem bruta sem VNR de R\$ 670 milhões no 2T26 (-10% vs. 2T25) e de R\$ 1.484 milhões no 6M26 (-7% vs. 6M25), impactada pelo pior mix, o que foi parcialmente compensado pela variação positiva da parcela B de +1,30% do reajuste de agosto/25.

A margem bruta foi de R\$ 765 milhões no 2T26 (-7% vs. 2T25) e de R\$ 1.700 milhões no 6M26 (-5% vs. 6M25), em razão dos efeitos supracitados, que foram parcialmente compensados pelo maior VNR no período.

Comentário do Desempenho

Resultados em 30 de junho de 2026
Publicado em 21 de julho de 2026



As despesas operacionais contabilizaram R\$ 170 milhões no 2T26 (+2% vs. 2T25), crescendo abaixo da inflação. No 6M26 foi de R\$ 355 milhões (+7% vs. 6M25).

No trimestre, a PECLD totalizou R\$ 16 milhões (-43% vs. 2T25) e, no acumulado, totalizou R\$ 39 milhões (-26% vs. 6M25). Quando analisamos o indicador de inadimplência (PECLD/ROB) do 2T26, ele encerrou em 0,51%, abaixo do seu limite regulatório, de 0,65%, e do reportado no 2T25, de 1,01%.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA foi de R\$ 579 milhões no trimestre (-8% vs. 2T25) e de R\$ 1.306 milhões no acumulado (-7% vs. 6M25). O EBITDA Caixa (ex- VNR) no 2T26 foi de R\$ 484 milhões (-12% vs. 2T25) e no 6M26 foi de R\$ 1.090 milhões (-10% vs. 6M25).

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 293 milhões no 2T26 (vs. -R\$ 226 milhões no 2T25) e de -R\$ 576 milhões no 6M26 (vs. -R\$ 469 milhões no 6M25), em virtude do aumento dos encargos de dívida devido ao maior saldo médio, além do *one-off* positivo de R\$ 16 milhões no 2T25 referente à atualização monetária sobre os indêbitos.

A rubrica de IR/CS do trimestre foi de -R\$ 46 milhões (vs. -R\$ 45 milhões no 2T25) e no acumulado foi de -R\$ 150 milhões, (vs. -R\$ 181 milhões no 6M25). Vale destacar que no 2T25 houve o impacto positivo do indêbito tributário gerando crédito no valor de R\$ 39 milhões, dada a exclusão da atualização da Selic dos indêbitos em função da retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

O Lucro Líquido foi de R\$ 121 milhões no 2T26 (-52% vs. 2T25) e de R\$ 347 milhões no 6M26 (-36% vs. 6M25).

2.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

EBITDA (R\$ MM)	2T26	2T25	Variação		6M26	6M25	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	121	251	(130)	(52%)	347	540	(193)	(36%)
Despesas financeiras (B)	(328)	(288)	(40)	14%	(638)	(549)	(89)	16%
Receitas financeiras (C)	47	39	8	21%	78	74	4	5%
Outros resultados financeiros líquidos (D)	(12)	23	(35)	N/A	(16)	6	(22)	N/A
Imposto de renda e contribuição social (E)	(46)	(45)	(1)	2%	(150)	(181)	31	(17%)
Depreciação e Amortização (F)	(119)	(106)	(13)	12%	(233)	(211)	(22)	10%
EBITDA = A-(B+C+D+E+F)	579	628	(49)	(8%)	1.306	1.401	(95)	(7%)

Comentário do Desempenho

Resultados em 30 de junho de 2026
Publicado em 21 de julho de 2026



2.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ MM)	2T26	2T25	Variação		6M26	6M25	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	28	20	8	40%	45	37	8	22%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(306)	(225)	(81)	36%	(570)	(450)	(120)	27%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(15)	(21)	6	(29%)	(51)	(56)	5	(9%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	24	23	1	4%	40	43	(3)	(7%)
Variações monetárias e cambiais - outros	6	17	(11)	(65%)	6	16	(10)	(63%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(6)	(10)	4	(40%)	(13)	(17)	4	(24%)
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	1	(13)	14	N/A	(2)	(24)	22	(92%)
Obrigações pós emprego	-	(2)	2	(100%)	(2)	(4)	2	(50%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(40)	(36)	(4)	11%	(80)	(70)	(10)	14%
Total	(293)	(226)	(67)	30%	(576)	(469)	(107)	23%

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 293 milhões no 2T26 (vs. -R\$ 226 milhões no 2T25) e de -R\$ 576 milhões no 6M26 (vs. -R\$ 469 milhões no 6M25), explicado pelo aumento nos encargos da dívida, dado o seu maior saldo médio, devido às captações direcionadas para investimentos, e maior IPCA no período (30% do endividamento da companhia está atrelado a este indicador).

Vale destacar que no 2T25, a rubrica de variações monetárias e cambiais foi positivamente impactada pelo crédito de R\$ 16 milhões referentes a atualização monetária sobre os indébitos.

3. INVESTIMENTOS

No 6M26, a Neoenergia Elektro realizou Capex de R\$ 564 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão de rede, conforme tabela abaixo:

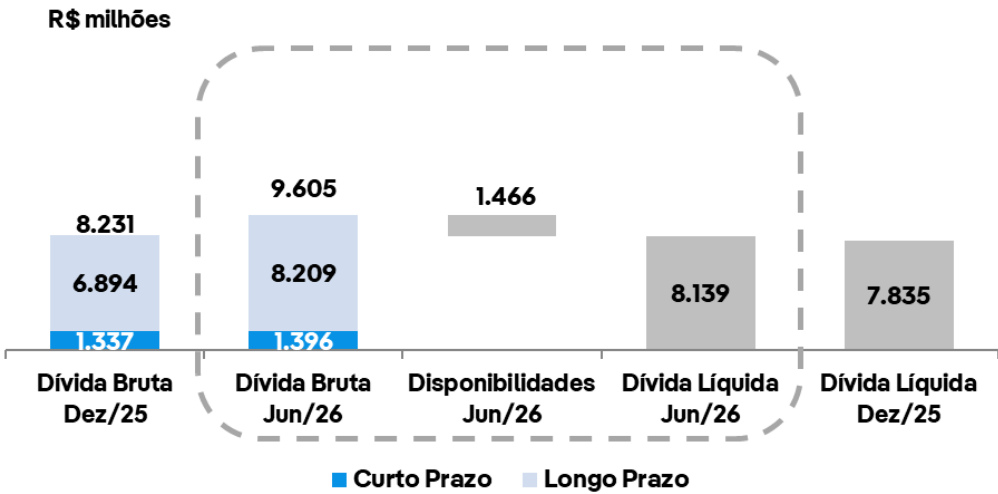
INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	Neoenergia Elektro		
	6M26	6M25	Δ %
Expansão de Rede	349	342	2%
Novas Ligações	219	242	(10%)
Novas SE's e RD's	130	100	30%
Renovação de Ativos	115	74	55%
Melhoria da Rede	48	47	2%
Perdas e Inadimplência	5	4	29%
Outros	87	77	12%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	23	8	176%
(=) Investimento Bruto	626	552	13%
SUBVENÇÕES	(40)	(35)	13%
(=) Investimento Líquido	586	517	13%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(23)	(8)	176%
(=) CAPEX	564	509	11%
Base de Anuidade Regulatória	87	77	12%
Base de Remuneração Regulatória	517	467	11%

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a expansão da rede com a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados.

4. ESTRUTURA DE CAPITAL

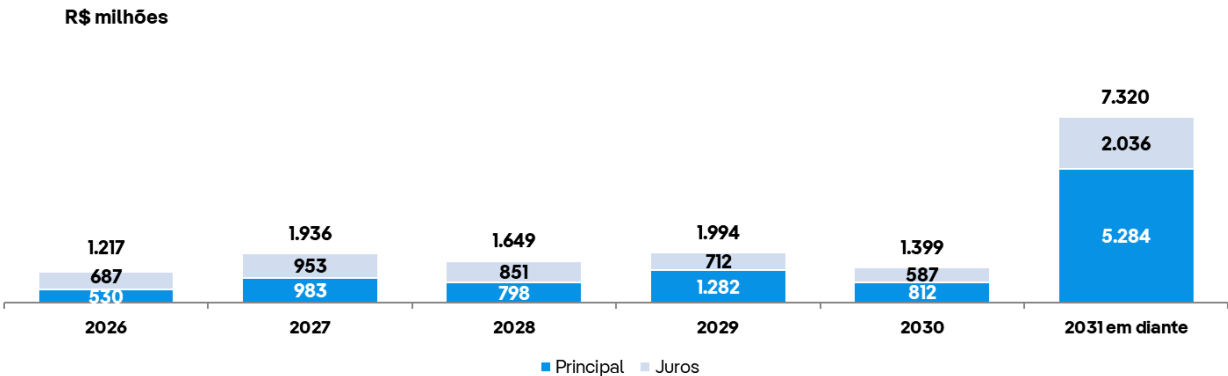
4.1. Perfil da Dívida

Em junho de 2026, a dívida líquida da Neoenergia Elektro, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 8.139 milhões (dívida bruta de R\$ 9.605 milhões), apresentando um crescimento de 4% (R\$ 304 milhões) em relação a dezembro de 2025. Em relação a segregação do saldo devedor, 85% da dívida está contabilizada no longo prazo e 15% no curto prazo.



4.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 30 de junho de 2026.



Comentário do Desempenho

Resultados em 30 de junho de 2026
Publicado em 21 de julho de 2026



5. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia Elektro apresenta os resultados do 2T26 e 6M26 a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de Demonstrações Financeiras Intermediárias (International Financial Reporting Standards – IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	2T26	2T25	6M26	6M25	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
(+) Receita líquida	2.457	2.354	5.076	4.713	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(95)	(75)	(216)	(193)	Nota 3
(-) Outras receitas **	(53)	(52)	(107)	(103)	Nota 3.3
= RECEITA Operacional Líquida	2.309	2.227	4.753	4.417	
(+) Custos com energia elétrica	(1.290)	(1.200)	(2.686)	(2.307)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(349)	(280)	(583)	(518)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(1.639)	(1.480)	(3.269)	(2.825)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	95	75	216	193	Nota 3
= MARGEM BRUTA	765	822	1.700	1.785	
(+) Custos de operação	(250)	(226)	(505)	(449)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(15)	(13)	(30)	(26)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(77)	(85)	(160)	(170)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	119	106	233	211	Nota 6
(+) Outras receitas **	53	52	107	103	Nota 3.3
= Despesa Operacional (PMO)	(170)	(166)	(355)	(331)	
(+) PCE	(16)	(28)	(39)	(53)	Demonstrações de resultado
EBITDA	579	628	1.306	1.401	
(+) Depreciação e Amortização	(119)	(106)	(233)	(211)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(293)	(226)	(576)	(469)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(46)	(45)	(150)	(181)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	121	251	347	540	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

(**) Exceto compensações regulatórias.



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela ELEKTRO S.A. ("Neoenergia Elektro" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Elektro e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Elektro.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Elektro sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)



		Três meses findos em		Seis meses findos em	
	Notas	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Receita operacional, líquida	3	2.457	2.354	5.076	4.713
Custos		(1.889)	(1.706)	(3.774)	(3.274)
Custos com energia elétrica	4	(1.290)	(1.200)	(2.686)	(2.307)
Custos de construção	5	(349)	(280)	(583)	(518)
Custos de operação	6	(250)	(226)	(505)	(449)
Lucro bruto		568	648	1.302	1.439
Perdas de créditos esperadas	10.2	(16)	(28)	(39)	(53)
Despesas com vendas	6	(15)	(13)	(30)	(26)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(77)	(85)	(160)	(170)
Lucro operacional		460	522	1.073	1.190
Resultado financeiro	7	(293)	(226)	(576)	(469)
Receitas financeiras		47	39	78	74
Despesas financeiras		(328)	(288)	(638)	(549)
Outros resultados financeiros, líquidos		(12)	23	(16)	6
Lucro antes dos tributos		167	296	497	721
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(46)	(45)	(150)	(181)
Corrente		-	(6)	(30)	(72)
Diferido		(46)	(39)	(120)	(109)
Lucro líquido do período		121	251	347	540
Lucro básico e diluído por ação – R\$	18.2 (a)				
Ordinária		0,59	1,23	1,70	2,65
Preferencial A		0,65	1,35	1,87	2,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
 Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
 (Valores expressos em milhões de reais)



	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/25	30/jun/25
Lucro líquido do período	121	251	347	540
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Obrigações com benefícios a empregados	-	-	68	-
Hedge de fluxo de caixa	-	-	(1)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	-	-	(23)	-
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-	44	-
Itens que serão reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa	6	5	(2)	18
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(3)	(2)	1	(6)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	3	3	(1)	12
Outros resultados abrangentes do período, líquido dos tributos	3	3	43	12
Resultado abrangente do período	124	254	390	552

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)



	30/jun/26	30/jun/25
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	347	540
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	236	214
Baixa de ativos não circulantes	13	22
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	150	181
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	576	469
Valor de reposição estimado da concessão (nota 3)	(216)	(193)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	43	23
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros e operações de desconto de títulos	22	(58)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(44)	(43)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	(192)	(255)
Outros tributos a recolher e encargos setoriais, líquidos	(29)	(61)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(1)	(10)
Outros ativos e passivos, líquidos	(15)	(37)
Caixa gerado nas operações	890	792
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(420)	(314)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos (nota 15.3 (b))	(56)	(52)
Renda de aplicações financeiras (nota 7)	45	37
Juros pagos - Arrendamentos	(5)	(3)
Tributos sobre o lucro pagos	(73)	(93)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	381	367
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(586)	(545)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(50)	(47)
Resgate de títulos e valores mobiliários	42	40
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(594)	(552)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	2.000	900
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(42)	(16)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(682)	(744)
Obrigações especiais	10	34
Pagamento de principal - Arrendamentos	(9)	(8)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos (nota 15.3 (b))	(3)	50
Remuneração paga aos acionistas	-	(216)
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	1.274	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no período	1.061	(185)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	381	745
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.442	560
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	7	7
Arrendamentos capitalizados	12	13
Adição e atualização de provisões capitalizadas	1	-
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doações de bens	33	-

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	30/jun/26	31/dez/25
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.442	381
Contas a receber de clientes e outros	10	2.569	2.570
Títulos e valores mobiliários		24	15
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	21	25
Tributos sobre o lucro a recuperar		40	74
Outros tributos a recuperar		75	80
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	571	123
Outros ativos circulantes		211	244
Total do circulante		4.953	3.512
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	43	45
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	35	46
Outros tributos a recuperar		115	107
Depósitos judiciais	16.1 (c)	51	38
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	527	7.438
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	844	726
Outros ativos não circulantes		42	41
Direito de uso		57	57
Intangível	13	8.423	1.070
Total do não circulante		10.137	9.568
Total do ativo		15.090	13.080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	30/jun/26	31/dez/25
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros e operações de desconto de títulos	14	886	863
Empréstimos e financiamentos	15.2	1.369	1.330
Passivo de arrendamento		20	20
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	48	32
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	17	112	166
Tributos sobre o lucro a recolher		-	54
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	-	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		226	281
Dividendos e juros sobre capital próprio	18.2 (b)	265	23
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	33	41
Outros passivos circulantes		343	326
Total do circulante		3.302	3.136
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15.2	8.168	6.917
Passivo de arrendamento		46	43
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	76	23
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		77	54
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	482	340
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.2	14	13
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	177	145
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	17	-	56
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	519	261
Outros passivos não circulantes		50	51
Total do não circulante		9.609	7.903
Patrimônio líquido		2.179	2.041
Total do passivo e do patrimônio líquido		15.090	13.080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
 (Valores expressos em milhões de reais)



	Reservas de Lucros							
	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	952	766	(44)	171	-	-	196	2.041
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	347	-	347
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(196)	(196)
Outros resultados abrangentes	-	-	43	-	-	-	-	43
Destinação do lucro líquido:								
Remuneração aos acionistas (nota 18.2 (b))	-	-	-	-	-	(56)	-	(56)
Saldos em 30 de junho de 2026	952	766	(1)	171	-	291	-	2.179

	Reservas de Lucros							
	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	952	766	(52)	171	-	-	176	2.013
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	540	-	540
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(176)	(176)
Outros resultados abrangentes	-	-	12	-	-	-	-	12
Destinação do lucro líquido:								
Remuneração aos acionistas (nota 18.2 (b))	-	-	-	-	-	(56)	-	(56)
Saldos em 30 de junho de 2025	952	766	(40)	171	-	484	-	2.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)



	30/jun/26	30/jun/25
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	7.943	7.068
Outras receitas (*)	50	43
Perdas de créditos esperadas	(39)	(53)
Subtotal	7.954	7.058
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos de produtos, mercadorias e serviços vendidos (*)	(2.960)	(2.544)
Materiais, serviços de terceiros e outros (*)	(685)	(609)
Baixa de ativos não circulantes, líquidos	(18)	(23)
Subtotal	(3.663)	(3.176)
Valor adicionado bruto	4.291	3.882
Depreciação e amortização (*)	(236)	(214)
Valor adicionado líquido produzido	4.055	3.668
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (*)	383	305
Subtotal	383	305
Valor adicionado total a distribuir	4.438	3.973
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	227	208
Benefícios	83	77
FGTS	14	14
Subtotal	324	299
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.713	1.382
Estaduais	1.083	967
Municipais	10	11
Subtotal	2.806	2.360
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	960	773
Aluguéis (*)	1	1
Subtotal	961	774
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre o capital próprio	56	56
Lucros retidos	291	484
Subtotal	347	540
Valor adicionado distribuído	4.438	3.973

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS;

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Elektro Redes S.A. – NEOENERGIA ELEKTRO (Companhia), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Campinas - São Paulo - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A. (NEOENERGIA) e está listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 228 municípios, dos quais 223 estão localizados no estado de São Paulo, e os outros 5 no estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo uma área de concessão de 121 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 187/1998 - ANEEL, com vencimento em 2028.

Em 06 de maio de 2026, o Ministério de Minas e Energia (MME) assinou a antecipação da renovação da concessão, assegurando o direito de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, com vigência entre 27 de agosto de 2028 e 27 de agosto de 2058.

A Neoenergia Elektro reafirma seu compromisso com a entrega de um serviço eficiente, sustentável e alinhado às melhores práticas do setor elétrico, garantindo qualidade contínua para consumidores cativos e livres, com atuação desde 2002.

1.1 Concessão do serviço público de serviços de energia elétrica

O novo contrato que formaliza a antecipação da renovação da área de concessão consolida o modelo que alinha incentivos à eficiência operacional e à modicidade tarifária, ao mesmo tempo em que reforça a previsibilidade regulatória e a segurança jurídica para os investimentos de longo prazo no setor elétrico, gerando principalmente maior transparência na estrutura tarifária e melhor equilíbrio econômico-financeiro.

Adicionalmente, existe a opcionalidade por parte da Companhia de regime alternativo de regulação da parcela B, que serão baseados em anuidade regulatória, com estímulo à eficiência, inovação e modernização da infraestrutura. Contudo, os requisitos dessa modulação ainda serão definidos pela ANEEL.

As informações sobre os riscos do contrato de concessão da Companhia estão divulgadas na nota explicativa 1.2.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



1.2 Gestão de riscos regulatórios

(a) Ambiente regulatório

A Companhia está sujeita à aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da ANEEL, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida.

O novo termo aditivo ao contrato de concessão explicitou a vedação à prática de condutas anticoncorrenciais, especialmente no contexto da abertura de mercado para consumidores livres, bem como em quaisquer situações que possam caracterizar condutas anticompetitivas ou abuso de poder de mercado, inclusive quando envolverem partes relacionadas. Essa medida reforça o compromisso da Companhia com a livre concorrência e com a promoção de um ambiente de mercado transparente e competitivo, em conformidade com a legislação vigente e a regulação da ANEEL.

(b) Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões

Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária.

Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato.

Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior.

Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito a uma RTE (Revisão Tarifária Extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária).

O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de Price Cap (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Para o período findo em 30 de junho de 2026 (Valores expressos em milhões de reais)



O novo termo aditivo ao contrato de concessão permite a alteração de modelo de regulação econômica e riscos associados, seguindo o rito regulatório específico e precedida de concordância da concessionária.

A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na definição e aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas.

O novo termo aditivo ao contrato de concessão traz cláusula sobre a alocação de riscos entre o poder concedente e a Companhia (concessionária). Tal cláusula estabeleceu uma matriz de riscos, tipicamente utilizada em contratos de concessão, para definir em linhas gerais os riscos associados à companhia e os riscos associados ao Poder Concedente.

(c) Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira

A Companhia deve preservar, seja por previsão específica em seu Contrato de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência desde 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos.

Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar a regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência ou descumprimento de metas específicas, abertura pela ANEEL de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

O novo termo aditivo ao contrato de concessão incluiu cláusula de Sustentabilidade econômica e financeira, a qual reflete os critérios e disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021 e já observados pela Companhia nos últimos anos. Até o momento, a Companhia vem cumprindo todos os indicadores apurados nos últimos anos.

(d) Indicadores de Continuidade do Fornecimento

A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurada, dentre outros critérios regulatórios, por meio da apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DEC - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, conforme definições da REN nº 948/2021, poderão ser adotadas medidas graduais de acompanhamento e fiscalização, incluindo a obrigatoriedade de apresentação de um plano de resultados para melhoria do desempenho. Em caso de descumprimento dos critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento por 2 (dois) anos consecutivos ou por 3 (três) dos 5 (cinco) anos civis anteriores, apurados isoladamente ou em conjunto, existe ainda a previsão de limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio. Em caso de reincidência, a ANEEL pode abrir processo administrativo para avaliação da eventual caducidade da concessão. Nos últimos cinco anos do contrato de concessão, qualquer descumprimento dos indicadores poderá implicar na limitação de dividendos e de juros sobre o capital próprio da Companhia.

O novo termo aditivo ao contrato de concessão traz critérios de caducidade mais rígidos e a possibilidade de a ANEEL definir novos padrões, mediante rito regulatório prévio.

(e) Postergação de Reajustes

A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste.

Em caso de inadimplemento por parte da Companhia no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR, CDE e CCC, nos termos da Lei nº 8.631/1993.

(f) Base Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos

O contrato de concessão estabelece que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estímulos à eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela Companhia são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização. O novo termo aditivo ao contrato de concessão mantém a diretriz de investimento prudente e de incentivos à gestão eficiente dos custos de capital e de operação.

Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto à valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das commodities (afeta mix de Indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGE) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizados pelos normativos regulatórios.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



1.3 Gestão de riscos

Até 30 de junho de 2026, não houve alterações relevantes com relação às diretrizes e limites de Gestão de Riscos do Grupo, compostas pelas diretrizes de gestão dos riscos corporativos e pelas diretrizes de gestão dos riscos específicos para cada Negócio, às divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As demonstrações financeiras intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações financeiras anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações financeiras anuais.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia, em 21 de julho de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Para o período findo em 30 de junho de 2026 (Valores expressos em milhões de reais)



O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas às demonstrações financeiras completas findas em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

2.4 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras intermediárias.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2027:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A nova norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 (CPC 51) também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho	01/01/2027, aplicação retrospectiva

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
	definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 (CPC 51) substituirá a IAS 1 (CPC 26): Apresentação das Demonstrações Financeiras.	
IFRS 20: Ativos e passivos regulatórios	A IFRS 20 estabelece que a compensação por bens ou serviços regulados deve ser reconhecida no mesmo período em que tais bens ou serviços são fornecidos. A norma disciplina o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, bem como de receitas e despesas regulatórias, complementando as informações já divulgadas sob outras IFRS, em especial a IFRS 15 (CPC 47) Receita de contratos de clientes. Sua aplicação visa refletir, de forma fiel, os efeitos da regulação sobre o desempenho financeiro e a posição patrimonial da entidade, além de fornecer maior transparência quanto aos impactos nos fluxos de caixa futuros.	01/01/2029, aplicação retrospectiva
IAS 28 (CPC 19) Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	As emendas visam esclarecer quais investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos podem ser mensurados ao valor justo, utilizando a opção prevista na IAS 28 (CPC 19). Tais alterações possuem escopo deliberadamente restrito, visando endereçar questões específicas levantadas pelos participantes do mercado, sem alterar práticas consolidadas nem gerar impactos indesejados em outras disposições das normas emitidas pelo IASB.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos relevantes na apresentação da Demonstração do Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa decorrentes da aplicação da IFRS 18 (CPC 51), encontrando-se atualmente em processo de avaliação dos potenciais efeitos desse normativo sobre suas demonstrações financeiras.

No que se refere à IFRS 20, a Companhia aguardará a correspondente emissão do pronunciamento técnico no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como sua adoção pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não obstante, estudos preliminares da Administração indicam que tal normativo não deverá gerar impactos significativos, uma vez que os principais contratos regulados potencialmente abrangidos já são tratados, para fins de reconhecimento e mensuração, em conformidade com a Orientação Técnica nº 8 (OCPC 8), que prevê o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios para concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Em relação aos demais pronunciamentos emitidos ou em discussão no âmbito do IASB, com vigência em exercícios futuros, a Companhia acompanha sua evolução e, até o momento, não identificou potenciais impactos relevantes.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Fornecimento de energia elétrica (nota 3.1)	1.332	1.219	2.794	2.642
Disponibilidade da rede elétrica (1)	1.921	1.729	3.973	3.508
Construção de infraestrutura da concessão (nota 5)	349	280	583	518
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	4	(13)	76	(17)
Valor de reposição estimado da concessão (2)	95	75	216	193
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	103	162	192	124
Outras receitas (nota 3.3)	54	52	109	100
Receita operacional bruta	3.858	3.504	7.943	7.068
Tributos	(787)	(694)	(1.637)	(1.442)
Encargos setoriais	(614)	(456)	(1.230)	(913)
Receita operacional, líquida	2.457	2.354	5.076	4.713

(1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores cativos R\$ 1.190 nos três meses findos em 30 de junho de 2026 e R\$ 2.515 para seis meses findos em 30 de junho de 2026 (R\$ 1.326 nos três meses findos em 30 de junho de 2025) e R\$ 2.315 para seis meses findos de 30 de junho de 2025) e livres R\$ 732 para três meses findos em 30 de junho de 2026 e R\$ 1.458 para seis meses findos em 30 de junho de 2026 (R\$ 726 nos três meses findos em 30 de junho de 2025 e R\$ 1.193 para seis meses findos em 30 de junho de 2025); e

(2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória (BRR). Para os ativos transferidos para o Ativo Intangível conforme nota explicativa nº 13, a atualização monetária foi calculada até a data da assinatura do contrato.

3.1 Fornecimento de energia elétrica

	Três meses findos em	
	GWh (*)	R\$
	30/jun/26	30/jun/25
Residencial	1.358	1.323
Comercial	367	410
Industrial	83	106
Rural	168	193
Poder público	104	102
Iluminação pública	103	109
Serviços públicos	51	72
Consumo próprio	2	3
Fornecimento não faturado	-	-
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-
Total	2.236	2.318

(*) Não revisado

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



	GWh (*)		Seis meses findos em	
	R\$			
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Residencial	2.909	2.890	2.845	2.588
Comercial	780	879	952	948
Industrial	167	217	56	158
Rural	343	382	272	279
Poder público	205	208	219	196
Iluminação pública	206	219	137	130
Serviços públicos	107	151	172	185
Consumo próprio	5	5	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	(42)	(59)
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(2.496)	(2.302)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	679	519
Total	4.722	4.951	2.794	2.642

(*) Não revisado

- (1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 27 de agosto de 2025, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.510/2025; e
- (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 71 (R\$ 47 em 30 de junho de 2025) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 581 (R\$ 449 em 30 de junho de 2025) referente à subvenção CDE; e (iii) R\$ 20 (R\$ 16 em 30 de junho de 2025) referente à subvenção CCRBT; e (iv) R\$ 8 (R\$ 7 em 30 de junho de 2025) referente à subvenção modicidade Eletrobrás.

3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
CVA e neutralidade				
Energia (1)	20	165	101	183
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	(4)	(25)	6	(28)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (3)	67	13	136	25
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (4)	3	(9)	5	(22)
Neutralidade (5)	13	63	(11)	73
PROINFA (6)	(17)	17	(34)	34
	82	224	203	265
Componentes financeiros e subsídios				
Repasse de sobrecontratação (7)	43	(15)	31	(47)
Risco hidrológico (8)	4	33	3	58
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (9)	(25)	(24)	(53)	(47)
Diferimento de reajuste (10)	(9)	(49)	(18)	(107)
Reversão PGT Escassez Hídrica (11)	10	-	21	-
Crédito consumidor reversão para modicidade	1	-	1	-
Modicidade Eletrobras (12)	(4)	3	(1)	15
MMGD s/ Perdas Não Técnicas	-	(6)	-	(6)
Outros	1	(4)	5	(7)
	21	(62)	(11)	(141)
Total	103	162	192	124

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Para o período findo em 30 de junho de 2026 (Valores expressos em milhões de reais)



- (1) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste período, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2025;
- (2) CVA ativa, decorrente das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2025;
- (3) CVA ativa, em função dos valores de quotas mensais das Contas de Desenvolvimento Energético – CDE, relativas às competências de janeiro a junho de 2026, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em um efeito a receber na tarifa;
- (4) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função da REH nº 3.482/2025, com vigência a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, que estabeleceu os reajustes das tarifas de uso do sistema de transmissão, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2025;
- (5) CVA passiva referente ao Componente Financeiro previsto no submódulo 4.4 e 4.4A do PRORET, destaque para a extensão da neutralidade para toda a Parcela A, em função do aditivo contratual de renovação da concessão, calculado conforme mercado faturado e os valores contemplados no processo tarifário de 2025;
- (6) CVA passiva, em função da REH nº 3.558/25, que estabelece, para o ano de 2026, as quotas de custeio e as de energia elétrica referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em uma CVA a devolver;
- (7) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido um valor maior entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários;
- (8) CVA ativa referente ao Componente Financeiro estabelecido pela ANEEL através do PRORET, como previsão para cobertura dos riscos hidrológicos associados às usinas comprometidas com contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), à usina de Itaipu e às usinas hidrelétricas;
- (9) Constituição passiva referente a Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos, conforme Submódulo 2.1 e 2.1A do PRORET;
- (10) Neutralidade da reversão de recurso oriundo da Conta de Comercialização de Itaipu, de acordo com o Decreto nº 11.027/2022, que havia sido realizada pela concessionária no reajuste 2024;
- (11) A CVA ativa, referente à reversão da cobertura de recursos provenientes da Conta de Comercialização de Energia Elétrica (CCE), utilizados para intermediar o repasse do Encargo da CDE – Conta Escassez Hídrica na tarifa, reconhecimento realizado no processo tarifário de 2025; e
- (12) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobrás com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e os Despachos ANEEL nº 1.239/2024, nº 1.536/2025 e nº 1.894/2026, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário de 2025, sendo contabilizado pela Companhia o passivo de R\$ 1 em 30 de junho de 2026.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



3.3 Outras receitas

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Arrendamentos e aluguéis	46	46	94	91
Comissão serviços de terceiros	1	1	2	2
Renda da prestação de serviços	4	4	8	8
Serviço taxado	2	1	3	2
Taxa de iluminação pública	-	-	-	-
(-) Compensações regulatórias (I)	-	-	-	(4)
Outras receitas	1	-	2	1
Total	54	52	109	100

(I) Compensação regulatória, em decorrência da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, que prevê a compensação em casos de atraso no atendimento das solicitações de serviços.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Três meses findos em		Três meses findos em	
	GWh (*)		R\$	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR	1.822	1.791	(429)	(413)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP	-	-	(165)	(131)
Energia curto prazo - PLD e MRE	72	-	(12)	1
Contratos por cotas de garantia física	314	399	(80)	(89)
Energia Itaipu	549	568	(118)	(138)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	66	114	(23)	(35)
Energia MMGD	49	99	(24)	(24)
Outros	54	52	(26)	(32)
Subtotal	2.926	3.023	(877)	(861)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	82	79
Total	2.926	3.023	(795)	(782)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(429)	(366)
Encargos de transporte			(22)	(19)
Encargos de conexão			(22)	(22)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS			5	30
Encargo de Energia de Reserva - EER			(51)	(73)
Outros encargos			(25)	(11)
Subtotal			(544)	(461)
Créditos de PIS e COFINS			49	43
Total			(495)	(418)
Total dos custos com energia elétrica	2.926	3.023	(1.290)	(1.200)

(*) Não Revisado

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



	GWh (*)		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (1)	4.049	3.840	(944)	(849)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	-	(357)	(169)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	72	-	(32)	8
Contratos por cotas de garantia física (4)	712	915	(162)	(178)
Energia Itaipu (5)	1.092	1.128	(231)	(267)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	133	227	(49)	(71)
Energia MMGD (6)	62	99	(38)	(24)
Outros	103	106	(52)	(65)
Subtotal	6.223	6.315	(1.865)	(1.615)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	174	148
Total	6.223	6.315	(1.691)	(1.467)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(853)	(724)
Encargos de transporte			(43)	(36)
Encargos de conexão			(45)	(44)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (7)			(1)	29
Encargo de Energia de Reserva - EER (8)			(110)	(131)
Outros encargos			(43)	(23)
Subtotal			(1.095)	(929)
Créditos de PIS e COFINS			100	89
Total			(995)	(840)
Total dos custos com energia elétrica	6.223	6.315	(2.686)	(2.307)

(*) Não revisado

PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

- (1) O aumento do custo de energia adquirida no ACR é decorrente dos reajustes das tarifas (R\$/MWh) dos geradores a partir de agosto de 2025 e a sazonalidade contratual;
- (2) A variação é decorrente do aumento do PLD médio do SE de 2026 (R\$ 263,16 /MWh), comparado com o mesmo período de 2025 (R\$ 188,23 /MWh), impactando no risco hidrológico e custos com disponibilidade;
- (3) A variação é decorrente de ajustes financeiros de recontabilizações de anos/meses anteriores;
- (4) A redução é decorrente da descotização da Eletrobras, conforme PRT nº 544/GM/MME, de 30 de agosto de 2021, além disso, houve variação no Fator de Cotas de 2026 (REH nº 3.872, de 2025) em relação a 2025;
- (5) A variação da redução é decorrente da variação cambial e sazonalidade contratual;

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais)



- (6) Corresponde à variação da energia injetada de MMGD e ainda não compensada, pertencente aos clientes possuidores de usinas de geração fotovoltaica. A partir do processo tarifário de 2025, esse montante está apresentado líquido da energia repassada pela ANEEL para fins de modicidade tarifária, como dedução do requisito no cálculo da cobertura tarifária, conforme Despacho ANEEL nº 684/2025.;
- (7) A Variação do custo com ESS Brasil devido a variação da premissa Brasil; e
- (8) Variação no custo de Encargo de Energia de Reserva (Brasil) em função da variação da receita fixa das geradoras em 2026, comparado com 2025.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Pessoal	(42)	(44)	(84)	(85)
Material	(179)	(128)	(307)	(242)
Serviços de terceiros	(58)	(55)	(100)	(109)
Juros sobre obras em andamento	(5)	(3)	(8)	(6)
Outros	(88)	(84)	(127)	(110)
Obrigações especiais	23	34	43	34
Total	(349)	(280)	(583)	(518)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Três meses findos em			Total
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	
				30/jun/26
Pessoal e benefícios a empregados	(93)	(5)	(36)	(134)
Serviços de terceiros	(30)	(10)	(34)	(74)
Depreciação e amortização (I)	(104)	-	(15)	(119)
Provisão para processos judiciais	-	-	(7)	(7)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(1)	(1)
Outras receitas e despesas, líquidas	(23)	-	16	(7)
Total	(250)	(15)	(77)	(342)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



	Três meses findos em			30/jun/25
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(87)	(5)	(33)	(125)
Serviços de terceiros	(23)	(8)	(26)	(57)
Depreciação e amortização (1)	(93)	-	(13)	(106)
Provisão para processos judiciais	-	-	(11)	(11)
Impostos, taxas e contribuições	(2)	-	(1)	(3)
Outras receitas e despesas, líquidas	(21)	-	(1)	(22)
Total	(226)	(13)	(85)	(324)

- (1) Nos três meses findos em 30 de junho de 2026 a depreciação e amortização bruta dos créditos de PIS/COFINS foi de R\$ 121 (R\$ 108 nos três meses findos em 30 de junho de 2025).

	Seis meses findos em			30/jun/26
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(192)	(11)	(67)	(270)
Administradores	-	-	(2)	(2)
Serviços de terceiros	(59)	(19)	(56)	(134)
Depreciação e amortização (2)	(204)	-	(29)	(233)
Provisão para processos judiciais	-	-	(19)	(19)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(10)	(10)
Outras receitas e despesas, líquidas	(50)	-	23	(27)
Total	(505)	(30)	(160)	(695)

	Seis meses findos em			30/jun/25
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(172)	(9)	(61)	(242)
Administradores	-	-	(1)	(1)
Serviços de terceiros	(48)	(17)	(50)	(115)
Depreciação e amortização (2)	(184)	-	(27)	(211)
Provisão para processos judiciais	-	-	(19)	(19)
Impostos, taxas e contribuições	(2)	-	(9)	(11)
Outras receitas e despesas, líquidas	(43)	-	(3)	(46)
Total	(449)	(26)	(170)	(645)

- (2) Em 30 de junho de 2026 a depreciação e amortização bruta dos créditos de PIS/COFINS foi de R\$ 236 (R\$ 214 em 30 de junho de 2025).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



7. RESULTADO FINANCEIRO

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	28	20	45	37
Tributos sobre receita financeira	(4)	(4)	(7)	(7)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	24	23	40	43
Atualização de depósitos judiciais	-	-	-	-
Atualização do ativo financeiro setorial (I)	(2)	-	(2)	-
Outras receitas financeiras	1	-	2	1
	47	39	78	74
Despesas Financeiras				
Encargos sobre instrumentos de dívida	(288)	(231)	(548)	(440)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	-	(2)	(2)	(4)
Atualização do passivo financeiro setorial (I)	3	(13)	-	(24)
Atualização de provisões para processos judiciais	(6)	(10)	(13)	(17)
IOF	-	(1)	-	(1)
Outras despesas financeiras	(37)	(31)	(75)	(63)
	(328)	(288)	(638)	(549)
Outros resultados financeiros, líquidos				
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	(47)	(15)	(72)	(24)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	79	63	190	153
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b)) (2)	(120)	(81)	(240)	(191)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3(b)) (2)	70	39	100	52
Perdas com variações cambiais e monetárias	(1)	(2)	(2)	(3)
Ganhos com variações cambiais e monetárias (nota 8.1.1)	7	19	8	19
	(12)	23	(16)	6
Resultado financeiro, líquido	(293)	(226)	(576)	(469)

- (I) Inclui os encargos incorridos sobre as operações de empréstimos, financiamentos e debêntures e foi impactada pelo aumento do volume da dívida; e
- (2) Redução cambial em comparação aos seis meses do ano passado, período em que houve aumento cambial, gerando receita nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, consequentemente despesa nos derivativos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do período.

8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	167	296	497	721
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(57)	(101)	(169)	(245)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:				
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	9	11	19	19
Incentivos fiscais	1	2	2	5
Multas indedutíveis	-	-	-	-
Atualização SELIC indêbitos tributários (I)	2	45	2	45
Outras reversões permanentes	(1)	(2)	(4)	(5)
Tributos sobre o lucro	(46)	(45)	(150)	(181)
Alíquota efetiva	28%	15%	30%	25%
Corrente	-	(6)	(30)	(72)
Diferido	(46)	(39)	(120)	(109)

- (I) A Companhia havia concluído pelo não reconhecimento de créditos fiscais de IRPJ e CSLL, referentes à atualização monetária de indêbitos tributários relacionados com a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Porém, no segundo trimestre de 2025, a Administração reavaliou entendimento em função de mudança na interpretação de fatos e circunstâncias jurídico tributárias, resultando no reconhecimento de créditos tributários de IRPJ e CSLL.

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais, se houver, e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras intermediárias e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



	30/jun/26	31/dez/25
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	99	122
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	4	27
Provisão para processos judiciais	55	51
Perdas de créditos esperadas - contas a receber	89	89
Arrendamentos capitalizados	4	3
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	11	23
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(741)	(667)
Valor justo de instrumentos financeiros	(13)	(1)
Outros	10	13
Total passivo não circulante	(482)	(340)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(340)
Efeitos reconhecidos no resultado	(34)	(86)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	1	(23)
Transferências entre ativos e passivos	33	(33)
Saldo em 30 de junho de 2026	-	(482)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(182)
Efeitos reconhecidos no resultado		(109)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes		(6)
Saldo em 30 de junho de 2025	-	(297)

8.1.3 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Para o semestre findo em 30 de junho de 2026, a Companhia obteve decisão favorável definitiva relacionado à glosa de despesas de amortização dos ágios Terraço e Iberdrola, resultando no encerramento da discussão administrativa e no cancelamento definitivo do débito tributário relacionado à IRPJ e CSLL suposto pela fiscalização, no montante atualizado de aproximadamente R\$231. Além do caso mencionado, não houve alterações relevantes no andamento das contingências ou provisões, os quais foram atualizados monetariamente no período.

Os principais processos estão divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

8.2 Ressarcimento a consumidores – Tributos federais

A Companhia constituiu um ativo a recuperar de PIS e de COFINS e um passivo correspondente, que está sendo integralmente repassado aos consumidores através dos processos tarifários anuais, conforme determina a Lei nº 14.385/2022.

A constitucionalidade dessa Lei foi questionada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 7.324, e acabou ratificada pelo Supremo Tribunal Federal - STF em julgamento finalizado em 14 de agosto de 2025, no qual também foi determinada a observância de um prazo prescricional de 10 (dez) anos para a devolução desses valores aos consumidores. O acórdão dessa decisão foi publicado em 10 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



No entanto, remanesceram pontos de contrariedade, imprecisões e ambiguidade no acórdão, passíveis de esclarecimento, a exemplo da forma de contagem do prazo prescricional, o marco inicial e a abrangência da irrepetibilidade dos valores eventualmente já compensados ou devolvidos aos consumidores em montante superior ao efetivamente devido o que motivou iniciativa de oposição de embargos de declaração pela ABRADEE para dirimir tais dúvidas. O STF pautou o exame de tal recurso para a sessão virtual, entre os dias 03 e 13 de abril de 2026. Iniciado o julgamento, este foi interrompido por pedido de destaque, sem data prevista para a sua retomada. A Administração da Companhia aguarda o julgamento desses embargos para uma eventual alteração das estimativas contabilmente reconhecidas até o momento.

O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação, estão demonstrados a seguir:

	30/jun/26	30/jun/25
Saldo inicial do exercício	13	12
Atualização monetária	1	1
Saldo final do exercício	14	13
Não circulante	14	13

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/jun/26	31/dez/25
Caixa e depósitos bancários à vista	28	44
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	983	178
Fundos de Investimento	431	159
Total	1.442	381

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 30 de junho de 2026 é de 99,98% (99,88% em 31 de dezembro de 2025) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	30/jun/26	31/dez/25
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	431	157
CDB	-	2
Total	431	159

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	30/jun/26			31/dez/25		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	1.462	(236)	1.226	1.547	(241)	1.306
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	65	-	65	65	-	65
Disponibilidade da rede elétrica	1.138	-	1.138	1.127	-	1.127
Subvenções e subsídios governamentais	159	-	159	92	-	92
Outros recebíveis	50	(26)	24	47	(22)	25
Total	2.874	(262)	2.612	2.878	(263)	2.615
Ativo circulante			2.569			2.570
Ativo não circulante			43			45

Operações de desconto de recebíveis (sem coobrigação)

Com o propósito de fortalecer a liquidez financeira, a Companhia realizou alienação para instituições financeiras de alguns títulos creditórios (recebíveis), e sem obrigação de regresso em caso de inadimplemento financeiro ou operacional do cliente original. A Companhia é o agente de cobrança e coletor do fluxo de caixa dos recebíveis alienados, mas não possui qualquer reponsabilidade nas alterações creditícias dos recebíveis, incluindo renegociações entre o cliente e a instituição financeira.

O valor dos recebíveis alienados e respectivo fluxo de caixa recebidos das instituições financeiras nos 6 meses findos dos respectivos períodos, estão apresentados a seguir:

	30/jun/26	30/jun/25
Subvenções e subsídio governamentais	426	142
Valor de face antes da alienação	426	142
Fluxo de caixa recibo pela alienação	419	141
Deságio nominal praticado	1,65%	1,02%
Taxa equivalente prefixada	14,4% a.a.	16,6% a.a.

O efeito do deságio é reconhecido no resultado financeiro na linha Outras despesas financeiras, no momento da alienação.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia na função de agente de cobrança monitorava os valores a serem coletados e repassados para as instituições financeiras nos montantes de R\$188.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



10.1 Fornecimento de energia

A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	30/jun/26		31/dez/25	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	385	(69)	418	(66)
Comercial	172	(46)	178	(52)
Industrial	220	(105)	215	(104)
Rural	45	(8)	49	(9)
Poder público	71	(1)	71	(1)
Iluminação pública	23	-	24	-
Serviço público	48	-	52	-
Não faturado	498	(7)	540	(9)
Total	1.462	(236)	1.547	(241)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	30/jun/26		31/dez/25	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	902	(20)	991	(25)
Saldos vencidos:	560	(216)	556	(216)
Entre 1 e 90 dias	171	(15)	194	(17)
Entre 91 e 180 dias	47	(18)	39	(17)
Entre 181 e 360 dias	60	(40)	64	(48)
Acima de 360 dias	282	(143)	259	(134)
Total	1.462	(236)	1.547	(241)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25
Saldo inicial do período	(263)	(262)
Efeito reconhecido no resultado do período	(39)	(53)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	40	51
Saldo final do período	(262)	(264)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



II. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e Permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	30/jun/26			31/dez/25		
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade						
Energia (nota 3.2)	447	(97)	350	318	(88)	230
Encargo de Serviço do Sistema – ESS (nota 3.2)	18	-	18	15	(3)	12
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (nota 3.2)	313	(5)	308	160	(3)	157
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão – TUST (nota 3.2)	172	-	172	161	-	161
Neutralidade (nota 3.2)	19	(19)	-	32	(21)	11
Outros	7	(16)	(9)	25	-	25
Componentes financeiros e subsídios						
Repasse de sobrecontratação (I)	48	(123)	(75)	32	(129)	(97)
Risco hidrológico (nota 3.2)	-	(207)	(207)	-	(202)	(202)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (nota 3.2)	-	(448)	(448)	-	(369)	(369)
Diferimento de reajuste (nota 3.2)	6	-	6	24	-	24
Reversão pagamento escassez hídrica	-	(7)	(7)	-	-	-
CDE Modicidade Eletrobras (nota 3.2)	-	(11)	(11)	-	(10)	(10)
Outros	8	(53)	(45)	5	(85)	(80)
Total	1.038	(986)	52	772	(910)	(138)
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	87	(89)	(2)	311	(289)	22
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	951	(897)	54	461	(621)	(160)
Total	1.038	(986)	52	772	(910)	(138)
Ativo circulante			571			123
Passivo não circulante			(519)			(261)

- (I) Em 30 de junho de 2026, a Companhia apurou um passivo de R\$ 75, decorrente da redução da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A Companhia possui o direito de exploração da área de concessão pelos próximos 32 anos, dos quais os últimos 30 anos estão vinculados ao direito de uso da infraestrutura entre 27 de agosto de 2028 e 27 de agosto de 2058, prorrogado antecipadamente em 06 de maio de 2026.

A concessão não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens e direitos vinculados à infraestrutura necessária à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12.1 Ativo financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual. Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações no período:

	Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25
Saldo inicial do período	7.438	6.304
Baixas	(9)	(15)
Transferência ativo contratual (1)	281	313
Transferência ativo intangível - Renovação da concessão (2)	(7.399)	-
Ajustes a valor justo (3)	216	193
Saldo final do período	527	6.795
Ativo não circulante	527	6.795

- (1) Transferência de parcela dos serviços de construção ou melhoria prestados à concessão, classificados anteriormente como ativo de contrato;
- (2) Em 06 de maio de 2026, a Companhia firmou o Termo Aditivo de Renovação Antecipada do Contrato de Concessão, prorrogando sua vigência por 32 anos, sendo 2 anos remanescentes do prazo atual e 30 anos adicionais, conforme autorização do Poder Concedente e regulamentação da ANEEL. Em decorrência da renovação, a Companhia procedeu à reclassificação dos saldos anteriormente registrados no ativo financeiro para o ativo intangível no montante de R\$ 7.399 e no ativo financeiro permaneceu terrenos e servidões no montante de R\$ 527, por se tratar de bens não depreciables e indenizáveis ao término da concessão. A operação não gerou efeitos relevantes no resultado do período, representando apenas alteração na natureza contábil dos ativos vinculados à concessão, refletindo o direito de exploração da concessão pelo novo prazo contratual; e
- (3) A Companhia realizou a remensuração dos ativos incrementais (ativos adicionados ao sistema elétrico e contabilizado a partir da última RTP), aderente a legislação vigente pelo Submódulo 2.3 (Base de Remuneração Regulatória), PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), com impacto de R\$ 21 em 30 de junho de 2026. Adicionalmente, o valor justo está impactado com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, e pela adequação do ativo financeiro mediante laudo ANEEL 7º ciclo, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais)



12.2 Ativo contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção e melhoria da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação do período:

	Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25
Saldo inicial do período	726	627
Adições (I)	583	518
Transferências - intangíveis em serviço (I)	(183)	(70)
Transferências - ativos financeiros (I)	(281)	(313)
Transferências - outros	(I)	
Saldo final do período	844	762
Custo	960	876
Obrigações especiais	(116)	(114)

- (I) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo período e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão
Taxa de amortização a.a.	4,79%
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.070
Baixas	(8)
Amortização	(221)
Transferências - ativos financeiros (1)	7.399
Transferências - ativo contratual (2)	183
Saldo em 30 de junho de 2026	8.423
Custo	12.615
Amortização acumulada	(3.499)
Obrigações especiais	(693)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.339
Baixas	(7)
Amortização	(203)
Transferências - ativo contratual (2)	70
Saldo em 30 de junho de 2025	1.199
Custo	4.416
Amortização acumulada	(3.112)
Obrigações especiais	(105)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Para o período findo em 30 de junho de 2026 (Valores expressos em milhões de reais)



- (1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração. Em decorrência da renovação, a Companhia procedeu à reclassificação dos saldos anteriormente registrados no ativo financeiro para o ativo intangível no montante de R\$ 7.399 refletindo o direito de exploração da concessão pelo novo prazo contratual; e
- (2) Referem-se a direitos classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

A Companhia detém o direito de exploração da área de concessão por dois períodos consecutivos de 30 anos, sendo o último período prorrogado antecipadamente em 06 de maio de 2026. O 1º período abrange a prestação dos serviços públicos na área concedida até 26 de agosto de 2028, enquanto o 2º período garante esse direito de 27 de agosto de 2028 a 27 de agosto de 2058. Para mais detalhes veja as notas explicativas nº 1 e 12.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	30/jun/26	31/dez/25
Energia elétrica	436	426
Encargos de uso da rede	197	185
Materiais e serviços	253	252
Total do passivo circulante	886	863

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	30/jun/26	31/dez/25
Empréstimos e financiamentos bancários	1.005	733
Agências de fomento	1.414	1.503
Mercado de capitais	7.118	6.011
Empréstimos e financiamentos (1)	9.537	8.247
(+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	68	(16)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(1.442)	(381)
(-) Títulos e valores mobiliários	(24)	(15)
Dívida líquida	8.139	7.835

- (1) Em 30 de junho de 2026, os empréstimos e financiamentos estão apresentados líquidos dos depósitos em garantias. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses depósitos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$").

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	30/jun/26	31/dez/25
Denominados em R\$	8.518	7.455
Indexados a taxas flutuantes	6.837	6.737
Indexados a taxas fixas	1.681	718
Denominados em US\$	749	867
Indexados a taxas flutuantes	66	71
Indexados a taxas fixas	683	796
Denominados em outras moedas	380	-
	380	-
	9.647	8.322
(-) Custos de transação	(110)	(75)
	9.537	8.247
Passivo circulante	1.369	1.330
Passivo não circulante	8.168	6.917

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	30/jun/26	31/dez/25
Custo médio em % CDI (1)	89,5%	90,4%
Custo médio em taxa Pré (2)	13,2%	13,1%
Saldo da dívida	9.537	8.247
Instrumentos financeiros derivativos	68	(16)
Dívida total líquida de derivativos	9.605	8.231

(1) Custo médio em Taxa Pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses; e

(2) Resultado de Dívida Acumulado 12 meses dividido pelo saldo médio dos últimos 13 meses da Dívida Bruta.

b) Fluxos de pagamentos futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros, líquidos do efeito de instrumentos derivativos, são os seguintes:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais)



	Principal (I)	Juros (I)	Instrumentos derivativos	Total
2026	553	640	24	1.217
2027	1.015	857	64	1.936
2028	810	790	49	1.649
2029	1.310	690	(6)	1.994
2030	812	588	(1)	1.399
Entre 2031 e 2035	4.465	1.878	(5)	6.338
Entre 2036 e 2040	819	163	-	982
Total	9.784	5.606	125	15.515

- (I) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 30 de junho de 2026 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

Em 30 de junho de 2026, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 4,91 anos (4,76 anos em 31 de dezembro de 2025).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixas e outras movimentações

	Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25
Saldo inicial do período	8.247	7.267
Va Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (I)	2.000	900
Amortizações de principal	(682)	(744)
Custo de captação	(42)	(16)
Pagamento de encargos de dívida	(420)	(314)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	552	444
Variação cambial	(71)	(144)
Marcação a valor justo	(47)	15
Saldo final do período	9.537	7.408

- (I) No período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 foi captado pela Companhia o montante de R\$ 2.000 sendo: (i) 700 via 19ª emissão de debêntures, série única, taxa de juros Pré 13,84% a.a., com prazo de até 10 anos; (ii) R\$ 600 via 18ª emissão de debêntures, 1ª série, taxa de juros IPCA + 7,01% a.a., com prazo final de até 5 anos; (iii) R\$ 300 via 18ª emissão de debêntures, 2ª série, taxa de juros Pré 12,54% a.a., com prazo final de até 7 anos; (iv) R\$ 200 junto ao Banco Crédit Agricole com prazo de vencimento de 3 anos; e (v) R\$ 200 junto ao Banco HSBC com prazo de vencimento de 3 anos.

d) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possuía 86% dos contratos de dívidas com cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora e na Companhia. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

	Limites contratual Inferior (1)	Medição em 30/jun/26	Medição em 31/dez/25
Consolidado Neoenergia (2):			
Dívida líquida ÷ EBITDA (*)	≤ 4	3,48	3,41
EBITDA ÷ Resultado financeiro (*)	≥ 1,5	2,37	2,46
Companhia:			
Dívida líquida ÷ EBITDA (*)	≤ 4	3,10	2,88
EBITDA ÷ Resultado financeiro (*)	≥ 1,5	2,39	2,77

(*) Acumulado de 12 meses

- (1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas com a composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração, podendo ser trimestralmente ou anual. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas; e
- (2) A Neoenergia S.A. é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

15.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza contratos de *swaps*, a termo com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 20.6.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	30/jun/26	31/dez/25
Contratados para proteção de dívidas:		
Swap de moeda - US\$ vs R\$	(25)	-
Swap de moeda - Outras moedas vs R\$	(50)	-
Swap de taxas de juros - R\$	7	16
Exposição líquida	(68)	16
Ativo circulante	21	25
Ativo não circulante	35	46
Passivo circulante	(48)	(32)
Passivo não circulante	(76)	(23)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



	30/jun/26	31/dez/25
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	(119)	(53)
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo		
Contratados para proteção de dívidas	51	69
	(68)	16

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	30/jun/26			Seis meses findos em 30/jun/25		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	17	(1)	16	222	1	223
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(140)	-	(140)	(138)	(1)	(139)
Liquidação financeira entradas (saídas)	58	1	59	3	(1)	2
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(2)	(1)	(3)	17	1	18
Saldo final	(67)	(1)	(68)	104	-	104
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	(140)	-	(140)	(138)	(1)	(139)

16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórias em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	87	83	15	1	186
Adições e reversões, líquidas	25	5	-	-	30
Pagamentos	(21)	(5)	(1)	-	(27)
Atualizações monetárias	17	4	-	-	21
Saldo em 30 de junho de 2026	108	87	14	1	210
Circulante					33
Não circulante					177

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	87	85	15	187
Adições e reversões, líquidas	14	5	-	19
Pagamentos	(18)	(13)	-	(31)
Atualizações monetárias	13	6	-	19
Saldo em 30 de junho de 2025	96	83	15	194
Circulante				40
Não circulante				154

Para o período findo em 30 de junho de 2026, não houve alterações relevantes no andamento dos processos ou nos valores provisionados, os quais foram atualizados monetariamente no período.

Os principais processos estão divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados e são apresentados a seguir:

	30/jun/26	31/dez/25
Processos cíveis	659	606
Processos trabalhistas	242	195
Processos fiscais	1.719	1.672
Outros processos	4	4
Total	2.624	2.477

Para o período findo em 30 de junho de 2026, não houve alterações relevantes no andamento dos processos ou nos valores envolvidos, os quais foram atualizados monetariamente no período.

Os principais processos estão divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	30/jun/26	31/dez/25
Processos cíveis	35	21
Processos trabalhistas	12	13
Processos fiscais	3	3
Outros processos	1	1
Total	51	38

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



17. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto e longo prazo – pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (Plano de pensão - Benefício Definido); e (ii) plano de previdência complementar (Plano de pensão - Contribuição Definida).

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	30/jun/26	31/dez/25
Obrigações trabalhistas e PLR	112	155
Benefícios pós-emprego	-	67
Total	112	222
Passivo circulante	112	166
Passivo não circulante	-	56

17.1 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. Os planos de benefícios estão abertos para novas adesões.

O plano estruturado na modalidade de contribuição definida não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual).

A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia ("Curadores"). Os Curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



	30/jun/26			
	Quantidade Beneficiários Ativos	Quantidade Beneficiários Assistidos	Situação	Condição financeira
Planos de benefício definido				
Vivest - PSAP/Elektro	2.785	1.830	Fechado	Superavitário
Planos de contribuição definida				
Néos - Plano CD Néos	1.374	1	Aberto	N/A
Total	4.159	1.831		

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo atuarial da Companhia incluía um contrato de obrigação financeira para reequilíbrio atuarial dos planos, no montante de R\$ 67, conforme detalhado abaixo. Em 31 de março de 2026 a dívida foi liquidada.

	30/jun/26	31/dez/25	Vencimento
Planos de benefícios definido			
Néos - PSAP/Elektro	-	67	N/A
Total	-	67	

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Benefício definido Ativo (passivo) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.607)	1.952	(412)	(67)
Efeitos dos juros	(41)	50	(11)	(2)
Contribuições pagas pelos participantes	(1)	1	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	2	-	2
Benefícios pagos pelo plano	(43)	(43)	-	-
Redimensionamento	28	-	39	67
Saldo em 30 de junho de 2026	(1.578)	1.962	(384)	-
Planos deficitários	(1.578)	1.962	(384)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.569)	1.858	(360)	(71)
Custo do serviço	1	-	-	1
Efeitos dos juros	(169)	203	(41)	(7)
Contribuições pagas pelos participantes	(5)	5	-	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	11	-	11
Benefícios pagos pelo plano	143	(143)	-	-
Redimensionamento	(8)	18	(11)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.607)	1.952	(412)	(67)
Planos deficitários	(1.607)	1.952	(412)	(67)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	30/jun/26	Benefício definido 30/jun/25
Custo do serviço	3	5
Despesa com juros de passivos	(53)	(20)
Receita com juros de ativos	51	16
Total	1	1
Alocação dos custos do serviço:		
Resultado do exercício	3	5

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	30/jun/26	Benefício definido 30/jun/25
Saldo no início do exercício	(35)	(68)
Redimensionamento:		
Mudança nas premissas	29	-
Efeito do teto de ativos/ passivo oneroso	39	-
Efeito bruto	68	-
Tributos sobre o lucro	(23)	-
Efeito líquido em outros resultados abrangente	45	-
Saldo no final do exercício	10	(68)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	30/jun/26	Benefício definido 31/dez/2025
Valor presente das obrigações atuariais	(1.578)	(1.607)
Valor justo dos ativos	1.962	1.952
Efeito do limite do ativo (teto)	(384)	(412)
Total passivo líquido	-	(67)
Passivo circulante	-	(11)
Passivo não circulante	-	(56)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN), todas sem valor nominal. O Conselho de Administração estabelecerá as condições de emissão de ações da Companhia, inclusive preço e prazo de integralização, até o limite do capital autorizado.

O capital social autorizado da Companhia em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 952 (R\$ 952 em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Para o período findo em 30 de junho de 2026 (Valores expressos em milhões de reais)



A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Ações	Total R\$
Neoenergia S.A.	91.855.825	451	101.279.596	498	193.135.421	949
Outros	25.147	-	598.697	3	623.844	3
Total	91.880.972	451	101.878.293	501	193.759.265	952

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade na distribuição de dividendos, no caso de existir lucro a distribuir, que serão no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

18.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Lucro básico e diluído por ação:				
Lucro disponível aos acionistas ordinários		113		243
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A		138		297
Total		251		540
Em unidades de ações				
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias		91.880.972		91.880.972
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A		101.878.293		101.878.293
Total		193.759.265		193.759.265
Lucro básico e diluído por ação				
Ação ordinária (R\$)		1,23		2,65
Ação preferencial A (R\$)		1,35		2,91

b) Remuneração aos acionistas

O Conselho de Administração aprovou, em 05 de março de 2026, a título de remuneração antecipada do exercício de 2026, a distribuição de juros sobre capital próprio, com data base em 31 de março de 2026, no montante de R\$ 25 (R\$ 30 menos R\$ 5 de imposto de renda), a serem pagos até 31 dezembro de 2026, sem atualização monetária.

O Conselho de Administração propôs aos acionistas a destinação referente ao exercício de 2026, aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2026, no montante de R\$ 196, na forma de dividendos adicionais propostos, a serem pagos até dezembro de 2026.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



O Conselho de Administração aprovou, em 19 de junho de 2026, a título de remuneração antecipada do exercício de 2026, a distribuição de juros sobre capital próprio, com data base em 30 de junho de 2026, no montante de R\$ 21 (R\$ 26 menos R\$ 5 de imposto de renda), a serem pagos até 31 dezembro de 2026, sem atualização monetária.

18.3 Reservas de Capital

a) Reserva especial de ágio

Reserva no montante de R\$ 690 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

b) Remuneração de incentivo fiscal

Reserva no montante de R\$ 2 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

c) Outras reservas de capital

Reserva no montante de R\$ 74 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

18.4 Reserva de Lucros

a) Reserva legal

Constitui exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A Lei nº 6.404/1.976, § 1º, artigo 182, estabelece que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício, se a reserva legal somada à reserva de capital, exceder o limite de 30% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 171.

b) Reserva de retenção de lucro

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. O saldo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 0.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais)



As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos. Maiores detalhes das principais transações estão divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como “Acionistas e outros” nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras intermediárias são apresentados abaixo:

19.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

	30/jun/26			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Passivo				
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros	5	-	22	27
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	-	264	1	265
Outros passivos	(2)	-	-	(2)
	3	264	23	290

	31/dez/25			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos	-	25	-	25
	-	25	-	25
Passivo				
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros	7	-	28	35
Benefícios a empregados	-	-	2	2
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	-	23	-	23
Outros passivos	(1)	-	-	(1)
	6	23	30	59

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



19.2 Transações com partes relacionadas

	Seis meses findos em 30/jun/26			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do período				
Receita operacional líquida	1	-	-	1
Custos dos serviços	(33)	-	(113)	(146)
Despesas gerais e administrativas	12	-	(2)	10
Resultado financeiro líquido	-	(37)	-	(37)
	(20)	(37)	(115)	(172)

	Seis meses findos em 30/jun/25			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do período				
Receita operacional líquida	1	-	-	1
Custos dos serviços	(31)	-	(108)	(139)
Despesas gerais e administrativas	9	-	(2)	7
Resultado financeiro líquido	-	(38)	-	(38)
	(21)	(38)	(110)	(169)

19.3 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

A remuneração da Administração reconhecida no resultado do período pelo regime de competência é como segue:

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Salários e benefícios recorrentes	1	-	2	1
Outros benefícios de curto prazo	(1)	-	-	-
	-	-	2	1

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

20. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

20.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como seguem:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Para o período findo em 30 de junho de 2026 (Valores expressos em milhões de reais)



	30/jun/26			31/dez/25		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	1.011	-	431	222	-	159
Títulos e valores mobiliários	-	-	24	5	-	10
Contas a receber de clientes e outros	2.874	-	-	2.878	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	56	-	-	71
Ativos financeiro setorial (Parcela A e outros)	571	-	-	123	-	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	527	-	-	7.438
Outros ativos	86	-	-	74	-	-
Total	4.542	-	1.038	3.302	-	7.678
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros e operações de desconto de títulos	886	-	-	863	-	-
Empréstimos e financiamentos	7.775	-	1.762	7.412	-	835
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	519	-	-	261	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	119	5	-	53	2
Passivo de arrendamento	66	-	-	63	-	-
Outros passivos	116	-	-	113	-	-
Total	9.362	119	1.767	8.712	53	837

CA – Custo Amortizado

VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

20.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 20.7 (análise de sensibilidade).

20.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR ou VJORA)

Os níveis de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Para o período findo em 30 de junho de 2026 (Valores expressos em milhões de reais)



	30/jun/26			31/dez/25		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	431	-	431	159	-	159
Títulos e valores mobiliários	24	-	24	10	-	10
Instrumentos financeiros derivativos	56	-	56	71	-	71
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	527	527	-	7.438	7.438
	511	527	1.038	240	7.438	7.678
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	1.762	-	1.762	835	-	835
Instrumentos financeiros derivativos	124	-	124	55	-	55
	1.886	-	1.886	890	-	890

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 e 2025, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 216 e R\$ 193, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1.

20.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	30/jun/26		31/dez/25	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	7.775	7.767	7.412	7.521

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

20.5 Métodos e técnicas de avaliação

Os métodos e técnicas de avaliação são os mesmos divulgados nas demonstrações financeiras findas de 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



20.6 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas em quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes.

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* e mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/jun/26	31/dez/25		30/jun/26	31/dez/25
Ativo	US\$ 13	US\$ 13	2027	66	71
Passivo	R\$ 42	R\$ 42		(41)	(41)
Exposição Líquida				25	30

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/jun/26	31/dez/25		30/jun/26	31/dez/25
Ativo	US\$ 11	US\$ 11	2027	58	62
Passivo	R\$ 39	R\$ 40		(39)	(39)
Exposição Líquida				19	23

O programa abaixo é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/jun/26	31/dez/25		30/jun/26	31/dez/25
Ativo	US\$ 121	US\$ 134	2027-2028	623	731
Passivo	R\$ 684	R\$ 773		(692)	(784)
Exposição Líquida				(69)	(53)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes.

O programa abaixo é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/jun/26	31/dez/25		30/jun/26	31/dez/25
Ativo	€ 32	€ -	2026-2029	187	-
Passivo	R\$ 213	R\$ -		(215)	-
Exposição Líquida				(28)	-

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

O programa abaixo é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/jun/26	31/dez/25		30/jun/26	31/dez/25
Desembolso USD					
Termo	US\$ 2	US\$ 1	2026-2027	US\$ -	US\$ -
Exposição Líquida				-	-

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Franco suíço

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda da variação das taxas pré-fixadas frente a curva de juros, a Companhia pode contratar operações via Swaps para mitigar a exposição.

O programa abaixo é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap CHF \$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/jun/26	31/dez/25		30/jun/26	31/dez/25
Ativo	CHF 30	CHF -	2026 - 2029	188	-
Passivo	R\$ 210	R\$ -		(210)	-
Exposição Líquida				(22)	-

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda da variação das taxas pré-fixadas frente a curva de juros, a Companhia pode contratar operações via *swaps* para mitigar a exposição.

O programa abaixo é designado para contabilidade de hedge e mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Swap R\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/jun/26	31/dez/25		30/jun/26	31/dez/25
Ativo	R\$ 1.726	R\$ 716	2032	1.681	718
Passivo	R\$ 1.727	R\$ 717		(1.674)	(702)
Exposição Líquida				7	16

20.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 66 dias úteis (ou 93 dias corridos) a partir de 30 de junho de 2026.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 30 de junho de 2026.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do Dólar	5,1766	(750)	(765)	(115)	(229)
Swap Ponta Ativa em Dólar	(US\$)			747	762	114	229
Exposição Líquida				(3)	(3)	(1)	-
Dívida em Euro	Euro (€)	Alta do Euro	5,9106	(190)	(194)	(29)	(58)
Swap Ponta Ativa em Euro				187	193	29	58
Exposição Líquida				(3)	(1)	-	-
Dívida em Franco Suíço	Franco	Alta do		(191)	(191)	(29)	(57)
Swap Ponta Ativa em Franco Suíço	Suíço (CHF)	Franco Suíço	6,4059	188	188	28	56
Exposição Líquida				(3)	(3)	(1)	(1)

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,1766	(9) 9	(1) 1	3 (3)
Exposição Líquida				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR NDF	Euro (€)	Alta do Euro	5,9106	(3) 3	- -	1 (1)
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,15%	1.438	47	(7)	(14)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívida em CDI	CDI	Alta do CDI	14,15%	(3.912)	(140)	(20)	(39)
Swaps Dólar X CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	14,15%	(2.872)	(96)	(14)	(27)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,72%	(2.925)	(80)	(5)	(11)
Dívida em SOFR	SOFR	Alta do SOFR	3,68%	(66)	(1)	-	-
Swaps SOFR x CDI (Ponta Ativa)	SOFR	Alta do SOFR	3,68%	66	1	-	-

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais)



Contadora

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis
CRC-BA-Nº 017210/O-1

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Elektro Redes S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Elektro Redes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro , 21 de julho de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-000160/F-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Elektro Redes S.A., sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Rua Ari Antenor de Souza, 321 - Jardim Nova América, Campinas/SP, CEP: 13.053-024, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.328.280/0001-97, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da NEOENERGIA ELEKTRO relativas ao período findo em 30 de junho de 2026; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as conclusões alcançadas no relatório de revisão da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da NEOENERGIA ELEKTRO alusivas ao período findo em 30 de junho de 2026.

Campinas, 21 de julho de 2026.

Antonio Sergio Casanova
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Executivo de Controladoria, Financeiro e de Relações com Investidores

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor Executivo de Regulação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Elektro Redes S.A., sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Rua Ari Antenor de Souza, 321 - Jardim Nova América, Campinas/SP, CEP: 13.053-024, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.328.280/0001-97, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da NEOENERGIA ELEKTRO relativas ao período findo em 30 de junho de 2026; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as conclusões alcançadas no relatório de revisão da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da NEOENERGIA ELEKTRO alusivas ao período findo em 30 de junho de 2026.

Campinas, 21 de julho de 2026.

Antonio Sergio Casanova
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Executivo de Controladoria, Financeiro e de Relações com Investidores

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor Executivo de Regulação